



BALANÇO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE CONTROLE EM MÉDIA PROPRIEDADE RURAL

MENEGAZZO, Renato Fernando¹;
CASTRO, Marcelo Gonçalves de²;
MERA, Claudia Maria Prudêncio de³

Palavras-chave: Contabilidade. Informação. Controle. Agricultura.

1 INTRODUÇÃO

A gestão financeira se constitui numa das questões mais importantes dentro do processo administrativo de qualquer organização, possuindo esta, objetivos que focalizem lucros financeiros ou não (CALLADO e CALLADO, 1999). Neste sentido, uma contabilidade bem organizada demonstra a vida evolutiva da empresa administrada, o que torna imprescindível a contabilização dos fatos, a sua estruturação e análises realizadas com perfeito conhecimento técnico e operacional, principalmente em se tratando de estabelecimento agrário, onde os fatos administrativos são os mais diversos e complexos (HUPPES, HOFER e LANGARO, 2007).

Considerada um instrumento essencial para controle gerencial nas empresas rurais, a contabilidade rural destaca-se como o principal instrumento de apoio às tomadas de decisões durante a execução e o controle das operações da empresa rural (ULRICH, 2009). O autor observa que a contabilidade é desenvolvida dentro de um ciclo de coleta e processamento de dados que culmina com a produção e distribuição de informações de saída, na forma de relatórios contábeis.

¹ Biólogo, professor básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, campus Colorado do Oeste, e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: renato.menegazzo@outlook.com.

² Contador, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: mrlcastro@terra.com.br.

³ Economista, docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Rural, da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: cmera@unicruz.edu.br



Apesar da sua importância, a contabilidade rural, segundo Crepaldi (1998), citado por Faria *et al.* (2010), é uma das ferramentas administrativas menos utilizadas pelos produtores rurais brasileiros. Isto acontece porque, segundo o autor, a contabilidade rural é vista como uma técnica complexa em sua execução, sendo conhecida apenas dentro de suas finalidades fiscais, e grande parte dos produtores não demonstram interesse por uma aplicação gerencial, pois estão sujeitos apenas à tributação do Imposto de Renda e não utilizam a aplicação gerencial, colocando em segundo plano toda sua contabilidade.

Dentro deste contexto, o presente estudo objetiva incentivar o uso do balanço patrimonial como uma ferramenta de controle da gestão de atividade agrícola para médias e pequenas propriedades rurais.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido por meio de estudo de caso elaborado com pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio de documentos fornecidos pelo proprietário e referem-se ao período de junho a julho de 2014. A propriedade estudada localiza-se no município de Tupanciretã - RS e, possuindo 95 hectares, enquadra-se como média, segundo critérios instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Portarias e Instruções Especiais baixadas pelo governo federal (LANDAU et al., 2012). Seu proprietário é filho de agricultores e dedica-se à exploração da agricultura, através da produção de soja e comercialização de azevem, juntamente com sua esposa e um filho, que colabora nas atividades dos pais em período parcial.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do levantamento de dados na propriedade em questão, foi possível chegar a resultados que permitiram a construção do Balanço Patrimonial (**Quadro 1**) a seguir:

Quadro 1 - Demonstração contábil de média propriedade de Tupanciretã

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante		Passivo circulante	
Disponível	R\$ 74.150,00	Emprestimos	R\$ 130.000,00
Estoques	R\$ 210.000,00		
Subtotal do Ativo Circulante	R\$ 284.150,00	Subtotal do Passivo Circulante	R\$ 130.000,00
Ativo Não-Circulante		Passivo Não-Circulante	
Terras	R\$ 2.850.000,00	Securitização	R\$ 350.000,00
Edificações	R\$ 126.900,00		
Galpão em madeira	R\$ 150.000,00		
Mangueiras	R\$ 30.000,00		
Casa em alvenaria	R\$ 50.000,00		
Eletrificação	R\$ 3.000,00		
Máquinas	R\$ 9.000,00	Patrimônio Líquido	
Trator	R\$ 75.000,00	Capital Social	R\$ 3.225.050,00
Pulverizador	R\$ 10.000,00		
Grade arador	R\$ 19.000,00		
Plantadeira	R\$ 35.000,00		
Animais de produção	R\$ 13.000,00		
Culturas Perenes	R\$ 50.000,00		
Subtotal do Ativo Não-Circulante	R\$ 3.420.900,00	Subtotal do Patrimônio Líquido	R\$ 3.225.050,00
Total do Ativo	R\$ 3.705.050,00	Total do Passivo	R\$ 3.705.050,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Uma análise do Balanço Patrimonial, realizada com o emprego de indicadores econômico-financeiros, permitiu obter números que ajudam no processo de clarificação do entendimento da situação da propriedade rural em questão, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade, por evidenciar sua situação no presente e possibilitar a inferência do que pode acontecer no futuro caso a situação detectada pelos indicadores tenham sequência (MAIA, 2006).

Dados de indicadores econômicos do balanço da propriedade estão demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 2 - Indicadores econômicos do balanço patrimonial

LIQUIDEZ CORRENTE	ENDIVIDAMENTO
Ativo circulante	Capitais de terceiros
Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Capitais de terceiros}}{\text{Patrimônio líquido}}$
$LC = 284.150,00 \div 130.000,00 = 2,18$	$480.000,00 \div 2.907.383,50 = 0,14$

Fonte: Dados da pesquisa



A Liquidez Corrente indica o quanto a propriedade rural possui no ativo circulante para cada R\$ 1,00 de passivo circulante, o que permite verificar a capacidade de pagamento dos valores de curto prazo. Um ponto referencial é que este indicador deva sempre ser maior que 1,00, sendo classificado como ótimo a partir de 1,50 (MAIA, 2006). Por isso, o quadro demonstra que os investimentos são suficientes para cobrir as dívidas de curto e proporcionar uma folga financeira de R\$ 1,18.

O endividamento revela o quanto a propriedade tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido. Além de medir a estrutura de obrigações da propriedade, o indicador também serve de parâmetro de garantia dos credores. Como referência, o indicador deve sempre ser sempre inferior a 1,00. Quando superior, pode sugerir excesso de endividamento através de empréstimos e financiamentos já contratados (MAIA, 2006). No caso da propriedade em Tupanciretã, o indicador ficou em 0,14, demonstrando que para cada R\$ 1,00 de capital próprio, a mesma tomou somente R\$ 0,14 emprestados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a posição patrimonial, econômica e financeira de uma organização, no caso em estudo, uma média propriedade rural, o balanço se traduz em uma ferramenta que permite acompanhar e analisar as alterações patrimoniais em determinado período, permitindo uma tomada de decisão em relação ao futuro do empreendimento: melhorar o desempenho da atividade agrícola significa produzir mais com menos recursos financeiros.

Mas como conseguir isso? A resposta pode estar na gestão da propriedade. O produtor não só precisa conhecer ferramentas de contabilidade rural, para gerir sua organização, como também deve utilizar-se delas. É um desafio para muitos, mesmos para aqueles mais familiarizados com as novas tecnologias e mais informados. Mas é preciso ser encarado, o que pode ser feito aos poucos, em "doses homeopáticas", para que o produtor se adapte às transformações que acontecem nas atividades agropecuárias, para obter sucesso. A construção do balanço patrimonial e a sua interpretação justamente estão na base deste processo. Após ele, outros indicadores poderão ser adotados, para avançar cada vez mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C. **Custos: um desafio para a gestão no agronegócio.** In: VI Congresso Brasileiro de Custos (6.: 1999: São Paulo, SP). Disponível



XIX
Seminário
Interinstitucional
de Ensino, Pesquisa e Extensão

XVII
Mostra
de Iniciação Científica

XII
Mostra
de Extensão

I
Mostra
de Pós-Graduação



em: <http://www.congressodecustos.com.br/texto/viewpublic?id_texto=822>. Acesso em: 8 set. 2014.

FARIA, D. C.; MONTOVANI, E.; MARQUES, S. M.; CARVALHO, F. L. A contabilidade rural no desenvolvimento do agronegócio. **Revista Eletrônica Acadêmica da FACECA**, v. 1, n. 8, p. 9-24, jan./dez., 2010.

HUPPES, S. S.; HOFER, E.; LANGARO, J. A. **Um estudo sobre a viabilidade econômica e financeira de uma pequena propriedade rural**. In: VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel (6.: 2007: Cascavel, PR). Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/artigos/art29.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2014.

LANDAU, E. C.; CRUZ, R. K.; HIRSCH, A.; PIMENTA, F. M.; GUIMARÃES, D. P. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Embrapa Milho e Sorgo. Sete Lagoas, MG: Documentos 146, 2012.

MAIA, M. **Indicadores econômico-financeiros**. São Paulo: 2006. [Apostila do Curso de Administração / EaD - Universidade Paulista (UNIP)].

ULRICH, E. R. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **RACI - Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU**, v. 4, n. 9, jul/dez, 2009.